

Continuidade e ruptura: Interpretação da história do Serviço de Aconselhamento Psicológico do Instituto de Psicologia da USP¹

Clinic-pedagogic project of Psychological Counseling Service

Maria Luisa Sandoval Schmidt

Resumo:

Neste artigo faz-se uma interpretação da história do Serviço de Aconselhamento Psicológico (SAP) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, abarcando o período de 1969 a 2002. Esta interpretação tem como eixo as continuidades e rupturas na constituição do projeto clínico-pedagógico do SAP, tendo em vista sua inserção na universidade pública paulistana. Este eixo, por sua vez, é atravessado pelas possibilidades e vicissitudes das políticas públicas de saúde e educação, especialmente na esfera da saúde mental e do ensino superior. Por esta razão, a reforma psiquiátrica e a reforma universitária são também tematizadas em suas conexões com a história do SAP.

Palavras-chave: Aconselhamento psicológico; historiografia; políticas públicas; saúde; educação.

Abstract:

This article intends to present an interpretation of the history of the Psychological Counseling Service (SAP) from the Institute of Psychology of the University of São Paulo, during the period between 1969 and 2002. The axe for such interpretation is to follow the continuities and ruptures to construct the clinic-pedagogic project of the SAP, based in its insertion into a public university from São Paulo. On the other hand, it also shows how such axe is crossed by possibilities and vicissitudes of public policies in health and education, especially in the sphere of mental health and university studies. For this reason, the psychiatric reform and the universitarian reform are also thematized by its connection with the history of the SAP.

Key-words: Psychological Counseling; historiography; public policies; health; education.

O SAP (Serviço de Aconselhamento Psicológico) foi criado no ano de 1969 junto ao, então, nascente Instituto de Psicologia. Sua proto-história remete aos primeiros atendimentos realizados, no início dos anos 60, por alunos-estagiários do professor Oswaldo de Barros Santos na disciplina de Aconselhamento Psicológico do curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Ainda na Rua Maria Antônia, estes atendimentos eram realizados, muitas vezes, nos bancos dos saguões do prédio.

Em 1968, sob coordenação de Oswaldo de Barros e por iniciativa de Rachel Lea Rosenberg e Iara Iavelberg, estabeleceu-se um acordo entre os departamentos de Psicologia da FFCL (Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras) e o curso para Vestibular do Grêmio para a organização do “Serviço de Psicologia do Departamento de Cursos para Vestibular do Grêmio da FFCL da USP”, no qual os alunos de 5o. ano de psicologia estagiavam. Ao final daquele ano, em decorrência dos acontecimentos políticos envolvendo o país e, particularmente, a Universidade de São Paulo², o convênio ficou impedido de prosseguir e os cursos de psicologia foram, em grande parte, transferidos para a Cidade Universitária e outros locais apartados da sede à rua Maria Antônia. Em duas pequenas salas do “Prédio da História”, atendimentos psicológicos continuaram a ocorrer até a formação do Instituto de Psicologia que, por sua vez, formalizou a existência do Serviço (ROSENBERG, 1987).

Esta breve referência à proto-história do SAP interessa aos propósitos desta apresentação em pelo menos dois aspectos relevantes.

Primeiramente, ela é marcada pela introdução da Psicologia Humanista no Brasil.

De acordo com Rachel Rosenberg (1987), os três principais introdutores da Psicologia Humanista no Brasil foram Ruth Scheffer e Padre Benkö no Rio de Janeiro e Oswaldo de Barros Santos em São Paulo. Os três foram ligados à área de psicometria, em suas vertentes associadas à Orientação Profissional, Educacional e Vocacional, e, em suas biografias profissionais (CAMPOS, 2001), o trabalho clínico de consultório não aparece com destaque e sim a sua presença institucional em universidades e empresas, bem como o engajamento no reconhecimento da profissão de psicólogo³.

Estes apontamentos permitem pensar o aparecimento do Aconselhamento Psicológico na cena universitária paulistana como migrante da esfera da psicometria⁴ e como contexto de exercício de uma clínica psicológica pautada pelas teorias humanistas.

O segundo aspecto da proto-história a ser destacado guarda relações estreitas com o anterior e, depois se verá, tanto no âmbito da prática do Aconselhamento Psicológico ensejada pelas iniciativas de Oswaldo de Barros Santos, Rachel Lea Rosenberg e Iara

Iavelberg, quanto no âmbito das novidades introduzidas por Rogers neste campo, nos Estados Unidos.

Trata-se do caráter profissionalizante do Aconselhamento Psicológico. Este teor profissionalizante faz, também, com que ele ingresse no cenário universitário com uma posição bem definida em relação às tensões advindas da crise da universidade em suas negociações com a sociedade mais ampla⁵. A partir dos anos 60, mundialmente e no Brasil, a universidade vem sendo mais fortemente atravessada por conflitos em torno de “sua responsabilidade social”. As interpretações e as práticas desta responsabilidade cobrem um largo espectro que vai desde sua redução às relações com empresas e indústrias até a reivindicação de um compromisso político com os problemas sociais em escala mundial, nacional ou local (SANTOS, 1999). A função profissionalizante da universidade insere-se de modo particularmente problemático neste embate de propostas e visões sobre sua responsabilidade social, assumindo significados e direções ora conformistas, ora transformadores.

É indispensável, portanto, para o esclarecimento do projeto clínico-pedagógico do SAP, que se retenha esta dupla faceta da introdução do Aconselhamento Psicológico na Universidade de São Paulo: sua filiação à psicologia humanista e sua vocação profissionalizante.

Retomando o curso da exposição, após a formalização do SAP junto ao Instituto de Psicologia seguiu-se um período, dos anos 70 até início dos anos 80, de crescimento do serviço e de melhor definição de papéis – conselheiro, professor e supervisor foram, até o início dos anos 70, papéis desempenhados por Oswaldo de Barros e Rachel Rosenberg –, programas, objetivos, procedimentos e horários. Ou seja, seguiu-se um período de estabelecimento de uma rotina institucional e de ampliação, tanto da equipe que chegou a ser multiprofissional com a presença de psicólogo, assistente social e psiquiatra, quanto da demanda por parte da clientela.

Este tempo de consolidação do SAP foi notável, em primeiro lugar, pela criação do plantão psicológico. Esta prática, no momento de sua instalação, significou uma atualização da confiança depositada nos estagiários, que passaram a receber a clientela sem a

intermediação de uma triagem feita anteriormente pelos professores/supervisores. Ela respondia, ainda, à necessidade de atender um maior número de pessoas, no espírito que animava a clínica humanista. Este espírito ditava, por um lado, a suspensão do psicodiagnóstico como forma de iniciar um atendimento psicológico⁶ e, por outro, a constituição da primeira entrevista psicológica como encontro capaz de “aliviar a angústia ou ansiedade imediata (do cliente), promovendo um acolhimento respeitoso e empático” (ROSENBERG, 1987, p. 6).

Desde então, o plantão psicológico tornou-se a porta de entrada para todos que procuram auxílio psicológico junto ao SAP.

O início de pesquisas sobre recursos médicos, psicológicos, sociais e educacionais dos setores público e privado da cidade de São Paulo é o segundo elemento a ser destacado neste período. Estas pesquisas, realizadas até hoje, tiveram e têm um duplo sentido: o de criar uma rede solidária de recursos que torne o plantão psicológico possível em sua aspiração de responder às demandas e a de propiciar um contato mais estreito da equipe e dos estagiários com os serviços disponíveis na cidade, principalmente com aqueles ligados à saúde mental.

Um terceiro elemento agrega-se aos dois anteriormente citados: as intensas e diversas experiências com grupos.

Entre 1970 e 1975 realizaram-se os chamados “grupos de espera” como modo de lidar com as filas de espera que, naquele tempo, já começavam a preocupar os integrantes do SAP. Os grupos de espera eram reuniões abertas àqueles que estivessem aguardando o começo de suas psicoterapias individuais.

Os alunos ingressantes no curso de psicologia do IPUSP (Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo) também tiveram, nessa época, a oportunidade de frequentar grupos de encontro conduzidos por estagiários de 5^o. ano.

E, a partir de 1977, Rachel Rosenberg coordenou quatro projetos contínuos de comunidades de aprendizagem ou encontros de comunidade que consistiam na convivência residencial e autogestionada durante alguns dias, tendo como foco o trabalho sobre as

relações interpessoais e as dimensões políticas do encontro compreendidas pelo viés do poder pessoal (ROGERS, 1983).

É preciso lembrar que em 1970, com a saída de Oswaldo de Barros, Rachel Lea Rosenberg tornou-se coordenadora do setor, permanecendo nesta função até o seu falecimento em 1987. Uma das características de seu estilo como coordenadora era o apreço pelas diferenças, fato que se refletia na formação de equipes heterogêneas em relação às filiações teóricas. Ao descrever a equipe que escreveu o livro *Aconselhamento Psicológico Centrado na Pessoa* (ROSENBERG, 1987), Rachel faz notar que, sob a influência de uma “filosofia comum, centrada na pessoa”, um conjunto de abordagens tais como a psicanálise, a *gestalt*, os grupos operativos, a sócio-comunitária e a transpessoal, entre outras, articulavam-se em torno de um projeto coletivo de trabalho (p.12).

Este pluralismo, presente no final dos anos 80, assumido como qualidade construída na apreciação e no respeito pelas diferenças foi, no início destes mesmos anos 80, o disparador de uma crise, que culminou com uma extensa renovação da equipe.

Minha presença na equipe data desta época, 1982 para ser precisa, em que um grupo de psicólogas de formação psicanalítica foi, pouco a pouco, retirando-se do serviço, dando lugar a outros psicólogos e psicólogas.

A nova configuração não foi, contudo, pautada pela afinidade teórica com a Abordagem Centrada na Pessoa, mas repetiu o espírito pluralista que vinha caracterizando o SAP nos anos 70.

Esta composição plural, desejável e defendida, tem sido fonte de tensões e conflitos, ora produtivos para o enriquecimento e adensamento das discussões teórico-práticas, ora intransponíveis, gerando rompimentos e dissepimentos.

Convém observar que o pluralismo de filiações teóricas, mais claramente revelado como um propósito do SAP a partir dos anos 80, estabelece relações muito dinâmicas, e às vezes explosivas, com as características pessoais dos indivíduos envolvidos em seu projeto e com as idéias e ações que dão substância ao próprio projeto. Rupturas e continuidades não podem ser atribuídas única e exclusivamente às divergências ou afinidades teóricas. Mesmo porque, uma das persistências do projeto diz respeito à base humanista que se requer, tanto

para o ensino das teorias junto aos alunos de graduação, quanto para a sustentação de um conjunto de práticas, o plantão psicológico entre elas. Posições políticas e ideológicas com suas ressonâncias na avaliação das políticas públicas para as áreas de saúde e educação, lutas pelo poder interno, a ética das condutas no trato com alunos e clientela, o compromisso e engajamento com a esfera do Aconselhamento Psicológico, mais especificamente, e com o trabalho acadêmico, mais genericamente, são alguns dos ingredientes da diversidade e complexidade de uma equipe que busca elaborar e conduzir um empreendimento clínico-pedagógico como o do SAP.

Na década de 80 pode-se dizer que o plano coletivo foi discutido no eixo desta diversidade de expectativas pessoais e profissionais que se apresentava sob a capa das opções teóricas: a saída “em massa” das psicanalistas e a entrada de um grupo mais heterogêneo talvez tenha colocado em evidência a necessidade de encarar o tema das diferenças teóricas. Declaradamente identificada com a Abordagem Centrada na Pessoa, Rachel Rosenberg exerceu uma função aglutinadora e sua liderança e autoridade funcionaram, muitas vezes, como amálgama que conferia ao projeto unidade e coerência. A assunção clara e consciente da pluralidade como componente problemático que se queria abraçar vem deste tempo que culmina com a escritura e publicação de um livro do qual participaram todas as pessoas da equipe⁷, com exceção de uma que não pode colaborar. No texto de Rosenberg (1987), já citado anteriormente, uma síntese de sua posição sobre a pluralidade aparece à guisa de apresentação do livro e vale a pena reproduzi-la.

trazemos aqui o resultado de um processo de grupo centrado em cada um de nós: este livro consta de capítulos escritos simultaneamente e sob influência das trocas entre nós, lidos pedaço por pedaço por seus autores, em sessões intensas de reflexão e discussão. A partir dele, muitas das nossas próprias divergências e dúvidas puderam emergir e, em parte, ser aqui reproduzidas. Na medida em que podemos apreciar e respeitar tais diferenças, trazemo-las sem tentativa de disfarce ou medo da discórdia. E para que não seja nossa individualidade confundida com desconexão entre nós, esclarece-se que cada um dos autores se propôs a limitar suas colocações ao prisma escolhido e ao tema previsto, o que não impedirá que certos conceitos básicos ou coincidências se repitam através dos escritos. Cada um vestiu o estilo que quis, mas os estilos

se definiram aos poucos, de modo complementar (ROSENBERG, 1987, p. 12/13).

Nesta citação, chama a atenção que Rachel atribua a um processo centrado nos autores, em suas individualidades e estilos, a sustentação da tarefa comum. Esta interpretação do processo grupal, que pode ser dilatada para o conjunto de tarefas – aulas, supervisões de estágio, cursos de extensão, atendimento à clientela, administração do serviço, entre outros – realizadas cotidianamente pela equipe, tem raízes nas concepções da Abordagem Centrada na Pessoa sobre as condições propícias ao trabalho construtivo e criativo de indivíduos e grupos.

A crença nas virtudes da cooperação e da complementaridade entre indivíduos por meio da afirmação de suas diferenças e singularidades inscreve-se no horizonte de ideais da psicologia humanista da qual faz parte a Abordagem Centrada na Pessoa. Por isso, parece possível ler a insistência na composição de uma equipe plural como decorrente de coerência teórica e ideológica e como antídoto ao dogmatismo e ao enquistamento das “igrejinhas”, embora, paradoxalmente, seja esta escolha uma ameaça à hegemonia do pensamento humanista no interior da equipe.

Este dilema, ou esta tensão, entre abertura e fechamento, entre coesão e dispersão, entre coerência e incoerência teórica, entre unidade e diversidade de pensamento, vai se tornando cada vez mais explícito a partir da década de 80, como uma qualidade, para alguns, ou defeito, para outros, do trabalho desenvolvido no SAP.

Este impasse abre-se em diversas facetas de acordo com a posição que se ocupa: ele é um para aqueles que foram ou são “rogerianos” e outro para aqueles que estudaram ou estudam Rogers, em princípio, por causa de sua pertença a um coletivo, entre outras coisas, encarregado da transmissão de suas obras.

É possível dizer que esta tensão atravessa a definição do SAP, oscilando entre períodos de calma e de turbulência. O correto seria, contudo, afirmar a natureza constitutiva desta tensão.

Os anos 80, que se iniciaram com a crise desencadeada pelo desmancho da equipe que viera se constituindo a partir dos anos 70, encerraram-se com outra crise, desta vez geradora de mudanças bastante significativas.

Em 1987, com o falecimento de Rachel, o mesmo grupo que havia experimentado trabalhar coletivamente sob sua coordenação, viu-se órfão, tendo que lidar, ao mesmo tempo, com a dor da perda de uma pessoa querida e respeitada e com a urgência de reestruturar as atividades do setor sem a sua presença.

As concepções de Walter Benjamin sobre o sentido da história foram inspiradoras para a elaboração de um luto que se apoiou, sobremaneira, na retomada de algumas noções e práticas germinais do SAP, vivificadas em resposta às indagações do presente.

Para Benjamin (1940), articular historicamente o passado “significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (1985, p. 224). Neste momento, atualizam-se as utopias frustradas do passado, que dirigem ao presente um apelo de redenção. É preciso, contudo, que o presente tenha olhos e ouvidos atentos a este apelo.

De uma certa maneira, buscou-se, naquele então, reler as realizações do SAP a contrapelo, ou seja, atentando para modos de pensar e de fazer que, presentes em seus períodos iniciais, inaugurais e mais propriamente instituintes, foram sendo abandonados na medida em que o serviço se institucionalizou e burocratizou. Não se tratava, porém, de repetir o que tinha sido feito anteriormente, mas de sondar o passado naquilo que ele tinha a oferecer para a reinvenção e reinstalação de um propósito.

A institucionalização e burocratização atingiam, de maneira mutuamente imbricada, o ensino de graduação que incluía estágios e o atendimento prestado à clientela. O plantão psicológico, em virtude de sua posição central no projeto clínico-pedagógico do SAP, denunciava problemas e incoerências gerados pela automatização de procedimentos e pelo excessivo apego a normas. O mais grave sintoma de enrijecimento era a institucionalização de imensas filas de espera de clientes para atendimento psicoterápico, fazendo, simultaneamente, com que o plantão psicológico resvasse para uma mera triagem da clientela: ouvia-se o cliente numa primeira entrevista, avaliava-se a adequação de sua

demanda por psicoterapia e se colocava sua ficha num maço de tantas outras à espera de um chamado para o começo do atendimento. Como notou Maria Gertrudes Eisenlhor, a partir do final da década de 80, “a espera passou de algumas semanas ou meses para um ano ou mais, chegando até a dois anos” (EISENLHOR, 1999, p. 137).

Ao fato alarmante das filas de espera veio somar-se a interdição do Bloco I do Instituto de Psicologia no qual funcionava o SAP, tornando impossível a continuação dos plantões psicológicos.

Essa suspensão parcial das atividades mostrou-se propícia à apreensão crítica da vertente fortemente instituída das práticas de ensino, estágio e extensão e, em concomitância, abriu uma brecha, no cotidiano, para um trabalho de reminiscência que, ao recuperar parte da história do serviço, animou o desejo de mudança, atizando, por assim dizer, um afã instituinte.

Inspirado nos primeiros atendimentos realizados junto à disciplina de Aconselhamento Psicológico ministrada por Oswaldo de Barros, nos quais se privilegiava a natureza do encontro entre estagiário e cliente, o plantão psicológico, como antes referido, foi instituído como prática sistemática no início dos anos 70. A idéia, então, era a de receber a clientela numa entrevista psicológica no momento de sua busca por ajuda, eliminando a intermediação de inscrições, triagens, psicodiagnósticos e espera para psicoterapia. Favorecendo a noção de encontro, procurava-se ressaltar as qualidades terapêuticas de uma conversação que respeitasse a experiência e as necessidades atuais de cada cliente, das quais, inclusive, derivavam os possíveis desdobramentos de um primeiro contato. Nesta perspectiva, contava-se com o fato, também, de que um único encontro pudesse ser suficiente para que o cliente retomasse o curso de sua vida sem, forçosamente, aderir a uma psicoterapia de médio ou longo prazo.

Nos anos subseqüentes, algumas dimensões do plantão psicológico foram elaboradas no plano teórico, concedendo à prática maior consistência e coerência.

Uma sistematização destas elaborações aparece no texto “A vivência de um desafio: plantão psicológico” de Miguel Mahfoud (1987), publicado no livro comum ao qual já se fez referência.

Neste artigo, Mahfoud define o plantão como um serviço estruturado a partir de um tempo e espaço oferecidos com constância e estabilidade, dispondo-se a atender todas as pessoas que a ele recorrem. A constância e estabilidade deste tempo/espaço visam a sua consolidação como lugar de referência para algum momento de necessidade da clientela. Deslocando-se da psicoterapia como “resposta-padrão” às demandas por auxílio psicológico, posição muito comum nas práticas de consultório e outras instituições de saúde mental que, normalmente, acabam por excluir aqueles que experimentam uma ansiedade circunstancial ou a urgência de se localizar quanto aos recursos de saúde mental, o plantão, segundo Mahfoud:

é uma contribuição ao enfrentamento desta problemática, na medida em que se coloca disponível a acolher *a experiência* do cliente em determinada situação, ao invés de focar o *seu problema*. Na prática, essa atitude significa disponibilidade para atender uma gama bastante ampla de demandas, já que o foco se define pelo próprio referencial do cliente e não pela especialização do profissional (como seria, por exemplo, para um psiquiatra ou psicanalista ortodoxos, entre outros) (MAHFOD, 1987, p. 76).

Oferecendo abrigo à experiência do cliente, procura facilitar a clarificação não apenas daquilo que convencionalmente se entende por queixa, mas, também, do modo como o cliente vive esta queixa, dos recursos pessoais e do entorno sócio-psicológico de que dispõe para cuidar de seu sofrimento e das expectativas e perspectivas que se apresentam a partir da procura por ajuda.

Com isso, esclarece-se, talvez, a incoerência das filas de espera e seu caráter de sintoma de um deslizamento da concepção original do plantão para a de triagem associada à da psicoterapia como “resposta-padrão”. Se, pelo lado da clientela, esta incoerência produzia, de fato, um encolhimento da abertura para a diversidade, pluralidade e singularidade das demandas, do ponto de vista do ensino e da dinâmica institucional do SAP havia efeitos a serem, também, examinados.

O atendimento à clientela e a formação do aluno são, em tese, indissociáveis na proposição de clínicas-escola.

O SAP vinha de uma tradição que, ao cingir a formação profissional, pautava-se pelo ideal de uma profissionalização voltada para a atuação em instituições públicas e comunidades, estabelecendo-se como uma espécie de contraponto à hegemonia dos “modelos de consultório” que investiam, e ainda investem, na formação do profissional de tipo liberal autônomo.

Esta tradição ditava a inclusão dos alunos como membros temporários ou como equipe ampliada do serviço, sendo convidados a participar de uma experiência de trabalho numa instituição pública de atendimento à saúde mental, com todas as suas possibilidades e vicissitudes. Esta tradição ditava, ainda, a crítica a uma mentalidade que concebe a clínica-escola como lugar de treino e de aplicação de modelos e técnicas psicológicos, onde a arquitetura das práticas acomoda-se aos hábitos de uma certa didática, negligenciando a busca de respostas efetivas para as demandas sócio-psicológicas da clientela. Na perspectiva do ensino “tecnicista”, a clientela concorre para a formação do aluno como coadjuvante num sistema que não a prioriza; o aluno, por sua vez, se vê transformado em receptáculo do saber instituído e em aplicador de técnicas “autorizadas”.

As filas de espera e a psicoterapia como “resposta-padrão” indicavam o abandono do espírito inventivo e criador que animara muitas das iniciativas do SAP, articulando ensino, pesquisa e extensão. A indagação sobre como responder às demandas da clientela, renovada diante de cada cliente, pelos alunos e pelos supervisores de estágio, parecia ser o elo perdido desta articulação desejada.

A percepção do processo institucional que subsistia às filas de espera e à psicoterapia como “resposta-padrão” muito se beneficiou da leitura do livro *A teoria como ficção* de Maud Mannoni (1982). Nele, Mannoni faz a análise do processo de institucionalização da psicanálise, mencionando duas vertentes do mesmo: a primeira conduzida pela necessidade de controle e de organização do saber e sua transmissão – corrente fortemente institucionalizada que, por vezes, a autora identifica à “psiquiatrização” da psicanálise; e a outra, marcada pela presença criativa de clínicos que “desorganizam” o campo instituído porque, ao se dedicarem aos excluídos – crianças e psicóticos –, transgridem os cânones

técnicos, recebem humildemente os ensinamentos dos pacientes e teorizam com liberdade, a partir deste campo⁸.

Um dos interesses do texto de Mannomi foi permitir a visualização da posição em que o SAP se encontrava ao experimentar esta crise: no fio de uma navalha entre o conforto da “boa instituição” – organizada, funcionante e funcional, mesmo que no piloto automático – e o desejo de criar e inventar no âmbito da atuação profissional.

Ficou claro, no decorrer das discussões e conversas da equipe naquele momento, que a cristalização das práticas e uma certa rigidez dos procedimentos e dos pensamentos podiam responder com eficiência a critérios de funcionalidade ou organizacionais, permanecendo, contudo, surdas às exigências de renovação que as filas de espera denunciavam.

Fazendo uso da circunstancial suspensão dos plantões, engendrou-se uma radicalização de sua proposta que significou, no plano teórico, a retomada da concepção original que enfatizava a disponibilidade e abertura para uma identificação com a clientela, raiz das possibilidades de adaptação do serviço às suas necessidades e demandas. Raiz, além disso, do resgate de um espírito investigativo, interrogante, afeito à pesquisa que cobra a revisão constante dos recursos teórico-práticos quando servem à mera reprodução do saber constituído, da dominação e da exclusão e quando se prestam à resistência e à defesa frente ao inusitado das demandas e do sofrimento vivido pela clientela em sua imensa riqueza e singularidade.

A radicalização do plantão implicou, ainda, a reformulação do estágio que vinha sustentando e reforçando as incongruências entre teoria e prática. Os alunos foram convocados a potencializar sua capacidade de atendimento não apenas numa dimensão numérica, mas por meio de um entendimento mais apurado de suas intenções, bem como de suas diferenças em relação à clínica convencional.

O propósito de banir as filas de espera catalisou a alteração do plantão psicológico e, em sua esteira, a alteração do projeto do SAP como um todo.

A apreensão, relativamente distanciada, do período que vai do final dos anos 80 até meados de 1999, permite notar o quanto as mudanças ocorreram sobre o pano de fundo de

uma espécie de ponto de honra representado pelo intento de responder o mais amplamente e dentro de padrões de excelência às demandas que chegavam ao serviço. De tal forma que este período foi marcado pela expansão e diversificação das atividades e pelo crescimento da pesquisa, da elaboração teórica e das publicações.

Uma das direções desta expansão concretizou-se na proposição de cursos de especialização, aperfeiçoamento e difusão⁹ que visavam a formação de profissionais nas áreas de saúde e educação, assim como, no caso dos cursos de verão, a estender as oportunidades de estágio para alunos de graduação. Por meio destes cursos, todos contemplando uma parte prática, foi possível multiplicar o número de estagiários atuando junto ao serviço e, também, manter o atendimento em plantão psicológico e psicoterapia, nos períodos das férias escolares, em nível mais intenso do que aquele que era propiciado pela equipe de psicólogos e docentes.

Um outro rumo derivou da clareza sobre os limites da psicoterapia como resposta aos problemas de saúde mental de uma coletividade ou população. Estes limites não são, como se possa pensar, apenas de cunho quantitativo, embora seja evidentemente impossível atender, em massa, a população de uma cidade como São Paulo. No plano qualitativo estes limites podem e devem ser questionados.

O plantão psicológico, por suas características, já apontava, por um lado, para a necessidade de dispor de uma clínica condizente com a multiplicidade de demandas de uma clientela composta, sobretudo, por indivíduos que procuram, isoladamente, apoio psicológico. Por outro, abria a possibilidade de acolhida de demandas coletivas¹⁰ que suscitaram a retomada do trabalho com grupos, desta vez por meio de duas práticas: as supervisões de apoio psicológico e as oficinas de criatividade.

A supervisão de apoio psicológico é, segundo Carolina Bacchi:

uma experiência de supervisão que tem por objetivo possibilitar a reflexão do profissional frente à sua prática, considerando-o como parte integrante do trabalho que realiza. Optou-se chamá-la de supervisão de apoio psicológico no sentido de diferenciá-la de algo como uma supervisão técnica, onde se enfatiza a consecução correta da tarefa (BACCHI, 1999, p. 211).

Visando a formação de profissionais das áreas de saúde e educação, a supervisão de apoio psicológico investe na natureza transformadora e multiplicadora da atuação junto a estes profissionais.

As oficinas de criatividade, por sua vez, “caracterizam-se como espaços de elaboração da experiência pessoal e coletiva através do uso de recursos expressivos, tais como movimento corporal e atividades de expressão plástica e de linguagem” (SCHMIDT e OSTRONOFF, 1999, p. 329).

Em virtude de suas características, as oficinas de criatividade podem contribuir para a revitalização de uma convivência criativa e solidária, despertando sentimentos de enraizamento e pertença social. Não era, e não é, desprezível o número de pessoas que chegavam e chegam ao plantão psicológico portando queixas de solidão, isolamento e desenraizamento, para quem a ausência de um espaço de vida comum impede a elaboração de suas experiências mais corriqueiras. Embora a psicoterapia possa se constituir em oportunidade para esta elaboração, há, certamente, o risco de uma “patologização” do indivíduo que sofre as conseqüências de laços sociais desfeitos. A concepção e a prática das oficinas de criatividade, diferentemente da psicoterapia individual, defendem a estreita relação existente entre a tessitura de laços sociais e de comunicação e a possibilidade de elaborar e transmitir experiência por meio da construção de objetos que sintetizam idéias, valores, sentimentos, aspirações, inquietações, interrogações e perplexidades, compartilhados num contexto grupal.

Na verdade, as supervisões de apoio psicológico e as oficinas de criatividade deram forma a duas intenções complementares: a de sair do espaço restrito do SAP, voltando a estabelecer relações de cooperação com grupos de profissionais de saúde e educação, com a esperança de contribuir de maneira mais efetiva para uma melhoria do atendimento público prestado nestas áreas e a de criar espaços de convivência e de elaboração da experiência pessoal e coletiva, em seu interior, qualitativamente diversos e ampliados por comparação com o *setting* dual das entrevistas psicoterápicas.

A experimentação em torno da criação de plantões psicológicos em instituições educacionais, psiquiátricas e jurídicas também fez parte deste período de expansão em que

a palavra de ordem era diversificar e intensificar as atividades da equipe e dos estagiários, interna e externamente.

As atividades foram estendidas aos alunos de graduação do Instituto de Psicologia por meio do projeto “Um serviço a serviço do aluno”, que oferecia um espaço para elaboração de suas experiências na faculdade, desde o ingresso até a formatura, constituindo-se, principalmente, por sessões de grupos de encontro semanais, durante cinco anos (de 1990 a 1994).

A estrutura das disciplinas de Aconselhamento Psicológico¹¹ que sempre priorizou, no plano teórico, o exame das obras de Carl Rogers e alguns chamados pós-rogerianos, passou a incorporar pelo menos dois elementos: a atenção para a história do campo do Aconselhamento Psicológico e da Abordagem Centrada na Pessoa e o estudo dos fundamentos fenomenológico-existenciais das teorias e práticas de cunho humanista. O apelo à história e à filosofia foi se constituindo em preciosa referência para a aprendizagem da equipe e dos alunos e, certamente, contribuiu para o aprofundamento teórico que acompanhou este período de mudanças.

A escritura e publicação de um novo livro, *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*, organizado por Henriette Tognetti Penha Morato, do qual participaram 32 pessoas – docentes e técnicos da equipe, alunos e ex-alunos de graduação e pós-graduação – representam um testemunho da dinâmica do SAP nos anos 90, recolhendo e articulando a produção teórica adensada pela influência das leituras filosóficas e pelo esforço de “historização” do campo e o conjunto de práticas formado pela migração do plantão psicológico para outros contextos institucionais, pela supervisão de apoio psicológico e pelas oficinas de criatividade (MORATO, 1999).

As iniciativas que diversificavam o atendimento se, por um lado, granjeavam novos recursos, por outro, motivavam novas demandas e avolumavam o trabalho da equipe, pondo em evidência a necessidade, também, de circunscrever, de alguma maneira, os movimentos de expansão. Entre outras tensões que vêm nutrindo o projeto do SAP, esta entre expandir e restringir seu âmbito de atuação torna-se clara no início dos anos 90.

Em 1993, a clínica psicoterápica foi regionalizada, passando a atender, exclusivamente, à comunidade USP – alunos, docentes, funcionários e seus familiares – e à clientela da zona oeste da cidade de São Paulo¹².

Este conjunto de reformulações possibilitou, efetivamente, a supressão das filas de espera¹³, a atenuação do papel da psicoterapia convencional como resposta aos pedidos de ajuda psicológica e uma maior abertura para o trabalho com grupos e instituições.

O processo de reinstalação, por assim dizer, do projeto clínico-pedagógico do SAP, que é mais facilmente apreendido a partir do final dos anos 80 e começo dos 90, constela-se em sendas e atravessamentos difíceis de descrever em sua simultaneidade. A tendência à expansão e diversificação das propostas de ação, como já se apontou, enquadra-se e delinea-se no espaço recortado pela premência de impor limites à própria expansão e diversificação ou ao desejo, onipotente, de atender às demandas. Mas esta tendência é, igualmente, atravessada pelas possibilidades e vicissitudes das políticas públicas, especialmente por aquelas das áreas da saúde e da educação, que se mantêm em relação estreita e direta com as possibilidades e vicissitudes do próprio SAP.

Num trânsito de mão dupla, o serviço, principalmente no que diz respeito ao plantão psicológico, depende da rede pública de equipamentos de saúde mental para corresponder às necessidades de atenção e cuidado da clientela. E, de outra parte, tanto está comprometido com a formação de psicólogos capazes de se engajar competente e criativamente na esfera das instituições públicas de saúde, abraçando causas coletivas, quanto aspira contribuir, por meio de pesquisa e assessoria, para a constituição de instituições e práticas de saúde mental que dêem combate à “cultura hospitalocêntrica”, na perspectiva da luta antimanicomial.

Na trajetória mais recente da luta antimanicomial na cidade de São Paulo houve dois tempos destacados de impulso às reformas na esfera pública de atenção à saúde mental: no governo estadual de Franco Montoro (PMDB) de 1983 a 1986 e no municipal de Luiza de Erundina (PT) de 1989 a 1992¹⁴.

No plano estadual, o governo de Franco Montoro implementou várias propostas do Programa de Reorientação da Assistência Psiquiátrica Previdenciária elaborado por

comissão do Conselho da Administração de Saúde Previdenciária (CONASP) do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS), aprovado em dezembro de 1982.

Os princípios deste programa incluíam regionalização e hierarquização dos serviços, priorização do atendimento primário e da capacidade instalada do setor público, responsabilidade do Estado na definição e condução das políticas, integração interinstitucional, descentralização administrativa e desburocratização dos procedimentos, estabelecimento de mecanismos de avaliação e participação dos vários atores institucionais, inclusive usuários, no processo de prestação de serviços, entre outros (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, 1983, p. 13).

Estes princípios gerais foram traduzidos para a saúde mental nos seguintes termos: atendimento predominantemente extra-hospitalar; constituição de equipes multiprofissionais; prioridade a estratégias de atenção primária, regionalizada, por meio de ambulatórios e centros de saúde, com a formação de equipes de saúde mental nesses equipamentos e supervisão e orientação de atendimentos realizados por médicos generalistas e, também, por meio de ações de prevenção e promoção de saúde mental; criação e utilização de recursos extra-hospitalares tais como hospital-dia, pré-internação, pensão protegida e oficinas; estabelecimento de critérios e formas de controle para a internação em hospital psiquiátrico e instalação de pequenas unidades psiquiátricas em hospitais gerais, incentivando a participação de hospitais de ensino nesta empreitada (Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social, 1983, p. 14).

Respondendo à prioridade dada ao cuidado primário, a gestão de Franco Montoro criou equipes mínimas de saúde mental junto aos Centros de Saúde, as quais atendiam diretamente à população e orientavam os serviços prestados por médicos generalistas. A presença destas equipes nos Centros de Saúde produziu ressonâncias na prevenção, na mudança de mentalidade dos profissionais e da comunidade sobre o sofrimento psíquico e na construção de experiências de trabalho multiprofissional.

Transformações no atendimento ambulatorial, que usualmente atinha-se às consultas psiquiátricas com ênfase na medicação, ocorreram, com a introdução de grupos psicoterápicos, terapia ocupacional e visitas domiciliares. A idéia era ampliar as

oportunidades de acolhida dos ambulatórios, aumentando a frequência dos usuários e diversificando a natureza dos serviços oferecidos: com isso, buscava-se evitar a internação em hospital psiquiátrico. Um exemplo destas iniciativas foi o Programa de Intensidade Máxima (PIM), que tratava, no espaço ambulatorial, pacientes em crise e seus familiares.

Uma relativa democratização na gestão das políticas públicas de saúde mental foi alcançada, com maior participação de usuários e organização dos trabalhadores da área.

A prática dos profissionais de saúde mental viveu mudanças significativas, não necessariamente homogêneas, no conjunto das unidades de saúde da cidade de São Paulo. Os Centros de Saúde-Escola da Universidade de São Paulo tiveram um papel importante na transformação dos modos de pensar e atuar em relação ao sofrimento psíquico, à chamada “doença mental” e às experiências da loucura.

A necessidade de integração dos recursos disponíveis na cidade, por sua vez, propiciou a aproximação e conhecimento mútuo entre diferentes equipamentos, originando redes formais e informais de referências pautadas pela regionalidade e pela natureza dos serviços prestados.

No âmbito municipal, a gestão petista de Luiza Erundina engajou-se no combate à “cultura hospitalocêntrica”, atuando em favor da rede alternativa à hospitalização e à psiquiatrização das demandas em saúde mental.

O documento “Diretrizes para a política de saúde mental no Município de São Paulo” (1989/Gestão Democrática e Popular) privilegia: a instalação de Conselhos Populares de Saúde nos serviços de saúde mental; o combate ao sistema manicomial; a humanização das relações e práticas de atendimento; o investimento na mudança de mentalidade sobre a loucura, com promoção de espaços de discussão junto à população e aos sindicatos; a valorização dos saberes e práticas populares e a conseqüente relativização dos saberes médico-psicológicos; a integração de diferentes serviços; o incentivo à formação de profissionais de saúde mental; a desativação de convênios da Prefeitura com empresas privadas de saúde mental; a fiscalização do tempo e das condições de internamento de pacientes em hospitais públicos ou privados; a criação de espaços de convivência e lares abrigados.

Em relação àquilo que fora iniciado pelo Governo do Estado, a Prefeitura avançou no que diz respeito à democratização da gestão dos serviços, por meio dos Conselhos e da valorização dos saberes populares e, ainda, na contraposição ao sistema hospitalar psiquiátrico e sua hegemonia mantida, inclusive, pelos convênios com a administração pública.

A rede configurada pela presença de equipes de saúde mental em unidades básicas de saúde (UBS), hospitais-dia, centros de convivência, enfermarias psiquiátricas em hospitais gerais, entre outros equipamentos, deu suporte a uma transformação qualitativa do cuidado à saúde mental municipal.

No período compreendido pelo Governo de Franco Montoro, que se estendeu até a gestão seguinte de Orestes Quércia, e naquele correspondente ao de Luiza Erundina na Prefeitura, houve um intercâmbio profícuo entre o SAP e as instituições públicas de saúde mental.

Por um lado, as possibilidades de amparo que estas instituições ofereciam davam margem a encaminhamentos dentro do espírito do plantão psicológico, qual seja, o de facear a diversidade, singularidade e pluralidade das demandas da clientela. Por outro, os encaminhamentos geravam um intenso contato com a rede pública, permitindo manter atualizadas as informações sobre o funcionamento das unidades, incentivando a comunicação entre profissionais e estreitando os laços de solidariedade e mútua referência. Paralelamente, membros da equipe do SAP atuaram como supervisores de grupos multiprofissionais das instituições de saúde estaduais e municipais, contribuindo para a formação de pessoal e, indiretamente, para a melhoria do atendimento aos usuários¹⁵. Estas supervisões assumiam o papel de estabelecer mais um elo de ligação entre as experiências em curso nas instituições estaduais e municipais e o SAP.

Tanto na esfera estadual quanto municipal, a partir de 1993, observa-se um progressivo desmantelamento da rede de atendimento à saúde mental, que viveu momentos diferentes e importantes de estruturação nos governos de Franco Montoro e Luiza Erundina. A decadência da rede estadual, que se acelerou a partir do Governo Fleury no plano estadual, encontrou uma compensação na efervescência dos ensaios realizados no

Governo de Luiza Erundina. Depois, porém, recrudescer a mentalidade hospitalocêntrica, principalmente sob as gestões de Maluf e Pitta na Prefeitura.

A desorganização da rede pública de atendimento à saúde mental tem repercussões negativas sobre as práticas de atendimento e de formação do SAP.

O plantão psicológico, na medida em que permanece aberto e estruturado, acaba por receber uma parte da clientela que é expulsa do atendimento público, ou em razão da especificidade e gravidade de sua problemática, ou pelo simples desaparecimento do serviço ao qual recorria anteriormente. Esta clientela, que vem aumentando exponencialmente a partir de 1995, exibe, muitas vezes, experiências emocionais e condições de vida que requerem cuidados intensos, tornando-se evidente o agravamento do sofrimento que acompanha a crescente degradação da situação sócio-econômica da população de média e baixa renda e a concomitante desarticulação e descaracterização dos serviços públicos de saúde mental na grande São Paulo. Por outro lado, no enfrentamento destas demandas crescentes e agravadas, o plantão não pode mais contar com uma rede de instituições públicas para as quais a clientela possa ser encaminhada com segurança.

No ensino, o propósito de formar psicólogos interessados no engajamento com as instituições públicas sofre descontinuidade em relação às políticas de saúde governamentais que, em sua adesão ao ideário neoliberal, ingressam na lógica de aniquilamento dos serviços públicos que implica, entre outras coisas, na restrição ou mesmo suspensão de novas contratações. Este componente da política pública para a saúde e, mais especificamente para a saúde mental, é apenas um, dentre outros fatores, a indicar as estratégias de estrangulamento dos serviços públicos, que minguam na ausência de recursos materiais e de pessoal.

Esta conjuntura tem sido objeto de estudo e discussão por parte da equipe do SAP e, a partir dela, vêm se configurando modos contraditórios, ou talvez fosse melhor dizer híbridos, de enfrentá-la. Ao mesmo tempo em que há consenso sobre a necessidade de lutar pela manutenção, aperfeiçoamento e ampliação dos serviços públicos, resistindo ao avanço das políticas de feição neoliberal, a pressão exercida pelas demandas força a busca de alternativas capazes de “cobrir” os rombos na atenção à saúde mental.

Uma destas alternativas vem se afirmando por meio da construção de uma rede formada pelas clínicas-escola de faculdades públicas e privadas da cidade de São Paulo e por um conjunto de psicólogos e psicólogas que se credenciam junto ao SAP para atender clientes em seus consultórios, gratuitamente ou mediante um pagamento que não ultrapasse 20% do salário mínimo para aqueles que podem arcar com este gasto.

Como retaguarda que permite, minimamente, encarar a sala de espera lotada de pessoas que comparecem todas as quartas-feiras ao SAP, esta rede cumpre sua função. Porém, sua existência faz perguntar sobre as conseqüências sociais e políticas de se efetivar a substituição dos equipamentos públicos por outros que contam, exclusivamente, com recursos privados. E mais, no que diz respeito a essas “redes substitutas”, cabe perguntar qual a contrapartida que se deve esperar e cobrar das instâncias governamentais.

Na outra ponta, não se desistiu de insistir nas parcerias com as instituições públicas, dando continuidade aos contatos e visitas que atualizam, constantemente, as informações sobre a existência de serviços de saúde mental sintônicos com o espírito da luta antimanicomial. Contudo, é desalentador o cenário geral da cidade de São Paulo no que diz respeito ao atendimento à saúde mental: houve um fortalecimento da mentalidade hospitalocêntrica e, na esfera pública, sobrevivem práticas pontuais, mantidas às custas do esforço solitário de alguns profissionais e instituições, no vácuo de uma política clara e globalmente comprometida com a construção de uma cidade sem manicômios, com oferecimento de uma atenção adequada à população que sofre¹⁶.

O panorama adverso às propostas do SAP é composto, também, pelos efeitos das políticas públicas para a educação superior e, mais particularmente, pelo seu implemento na Universidade de São Paulo.

No artigo “USP 94: a terceira fundação”, Marilena Chaui (2001) assinala a década de 90 como aquela na qual a Universidade de São Paulo adere à ideologia neoliberal.

Estudos sobre a reforma do ensino superior (SILVA JR e SGUISSARDI, 1999) ou sobre a chamada “modernização” das universidades públicas (CHAUÍ, 1999; ROMANO, 2000; MINTO, KAWASHITA e CAMARGO, 2000) enfatizam a centralidade da concepção de universidade como organização social¹⁷ nas proposições neoliberais.

A concepção organizacional das universidades é, talvez, um dos principais sustentáculos do progressivo afastamento do Estado de suas responsabilidades para com o ensino superior público e gratuito e seus desdobramentos são visíveis na esfera interligada das atividades de ensino, pesquisa e extensão, cotidianamente, na maioria das unidades das universidades públicas federais e estaduais.

A gestão organizacional da universidade ou, como prefere Marilena Chaui (1999), a universidade operacional funciona sob a égide das idéias de eficiência, produtividade e competitividade, busca mecanismos de privatização do ensino, da pesquisa e da extensão e reduz as relações entre universidade e sociedade às demandas do mercado.

No caso específico da Universidade de São Paulo é possível perceber o avanço da mentalidade organizacional, produtivista e mercadológica em vastos setores, bem como a permanência de idéias e práticas de resistência.

Chaui (2001) descreve esta sobreposição, por assim dizer, de tendências de adesão e resistência ao ideário neoliberal no interior da Universidade de São Paulo, por meio da identificação de três tipos de escolas definidas pelo “modo de pensar e exercer a atividade universitária” e não pela divisão em institutos e faculdades. Ou seja, são tipos que podem coexistir numa mesma faculdade ou instituto: a escola de prestígio curricular, composta por docentes de tempo parcial cuja atividade universitária vem legitimar suas carreiras não-universitárias; a escola de complementação salarial, financiada por organismos e empresas privadas, que se apropriam da produção universitária e fazem uso privado da instituição pública e uma terceira que é a universidade pública propriamente dita.

Interessa reproduzir aqui as qualificações desta terceira escola, que corresponde à realidade do SAP. Para Chaui:

Nela, os docentes dedicam-se ao ensino e à pesquisa em tempo integral, dependem inteiramente dos recursos públicos (nos dois sentidos do termo: os orçamentos e os resultados são públicos e publicizados) e destinam a totalidade de seus trabalhos à sociedade, seja formando profissionais de várias áreas, seja formando novos professores, seja publicando suas pesquisas e as de seus estudantes, seja realizando atividades de extensão universitária para profissionais de várias áreas e para atualização de professores de

primeiro e segundo graus, seja realizando pesquisas ou participando na formulação e supervisão de projetos e programas sociais para os governos. Essa terceira escola é aquela que mantém um vínculo interno entre docência e pesquisa, portanto, entre formação e criação, conhecimento e pensamento, realizando as pesquisas fundamentais, ou seja, as de longo prazo, independentes, que acarretam aumento de saber, mudanças no pensamento, descoberta de novos objetos de conhecimento e novos campos de investigação, reflexões críticas sobre a ciência, as humanidades e as artes, e compreensão-interpretação das realidades históricas (CHAUI, 2001, p. 140).

Esta descrição da escola da universidade pública propriamente dita considera práticas e aspirações afinadas com o projeto do SAP, mas não aborda as relações e negociações tensas e as contradições que se apresentam no contato deste setor com a mentalidade e com as práticas organizacionais, que se tornam cada vez mais comuns e hegemônicas, na Universidade de São Paulo.

O serviço, como já referido anteriormente, sofre as pressões das demandas que lhe chegam por meio da afluência cada vez maior de uma clientela que não tem acesso a atendimento público de qualidade. Com uma equipe reduzida pela política de contenção de contratações de docentes e técnicos e com poucos recursos financeiros, luta para manter o ensino integrado às atividades de estágio e de pesquisa e para dar conta das demandas¹⁸, sofrendo, de outro lado, as pressões burocrático-administrativas da gestão organizacional da universidade.

A pressão mais evidente exercida sobre um serviço de extensão é a de que ele seja capaz de autofinanciamento, quando não de auferir lucros para a universidade, submetendo as atividades de extensão a interesses de mercado. As reitorias têm sinalizado que cabe aos docentes e técnicos destes serviços caçar os recursos necessários à sua manutenção: não fazê-lo, ou não consegui-lo, é sinal de incompetência ou do obsoletismo do setor.

Na medida em que as reitorias se retiram do financiamento de infra-estrutura e negam a contratação de docentes e profissionais indispensáveis à continuidade dos trabalhos de extensão, repete-se, nas relações intrauniversitárias, aquilo que já foi salientado nas relações do SAP com as instituições públicas de saúde mental. Ou seja, o impasse entre

insistir na busca dos recursos públicos que se requer e a “tentação” de procurar, por meios privados, suprir as necessidades materiais e de pessoal.

A apreensão crítica do oferecimento de cursos de aperfeiçoamento, difusão e especialização, do estabelecimento de convênios e parcerias e da prestação de assessorias revela o risco de mudanças do sentido a eles atribuído: legitimamente pensados como ocasião propícia para um apoderamento público dos saberes e práticas produzidos na universidade, podem transformar-se em meras formas de captação de recursos financeiros. Quando isso ocorre, a prospecção de demandas por cursos e serviços com chances de sucesso mercadológico passa a ter maior relevância do que o debate e esclarecimento sobre prioridades políticas, sociais e culturais.

Ainda, numa visada psicossocial, a equipe do SAP, mesmo aderindo às concepções da universidade pública propriamente dita, não tem como permanecer imune aos efeitos do modelo produtivista e organizacional adotado pelo poder administrativo universitário. Elementos já identificados e analisados na chamada reestruturação produtiva no terreno das indústrias e empresas estão presentes, de forma matizada pelas peculiaridades das instituições universitárias, na Universidade de São Paulo: por um lado, a imposição ideológica de um consenso sobre a inevitabilidade dos processos em curso e, por outro, a adoção de princípios como a excelência reduzida ao ganho em competitividade, a flexibilização das relações de trabalho e a polivalência (SELIGMANN-SILVA, 1999).

A instabilidade, a incerteza sobre o futuro e a ausência de reconhecimento da pessoa do trabalhador, figuras da flexibilização das relações sociais de trabalho, são vividas pelos docentes e funcionários universitários: as avaliações quantitativas e autoritárias fazendo as vezes da flexibilização que parece estar no horizonte das aspirações da universidade organizacional.

Um conjunto de conseqüências ligadas à polivalência também pode ser transposto para a realidade acadêmica: sobrecarga de trabalho num espectro bastante diversificado de atividades; invasão do espaço de vida privado por tarefas a serem executadas após a jornada de trabalho; apagamento do interesse e sentido do trabalho; valorização da rapidez e fluidez dos contatos interpessoais em detrimento do diálogo e da convivência.

O engajamento da equipe nas atividades de ensino em aulas e supervisões de estagiários, a condução de pesquisas e o atendimento à clientela individual, grupal ou institucional não configuram uma sobrecarga, ao contrário, são responsabilidades que justificam e dão sentido à pertença institucional e só integram o quadro da polivalência quando a equipe se torna reduzida em comparação com o montante das demandas, quando a provisão dos meios para a realização de pesquisa, prestação de serviços e formação passa a ser assunto privado, quando faltam reconhecimento e apoio efetivos, por parte das instâncias gestoras, que suspendem recursos financeiros, recusam a contratação de novos docentes e técnicos e atribuem valor praticamente nulo às atividades do setor por ocasião das avaliações e, por fim, quando o cotidiano de trabalho, regido pela necessidade de atender o mais extensiva e adequadamente às demandas locais, acaba por confinar a equipe num circuito de ações reativas a situações vividas, freqüentemente, como emergenciais.

A equipe vem experimentando sentimentos que espelham, até certo ponto, aqueles que a clientela do plantão psicológico exhibe: desamparo, isolamento, cansaço, angústia.

O desamparo está fortemente relacionado tanto à precariedade dos recursos de saúde mental na cidade de São Paulo quanto à ausência de reconhecimento e suporte – material e administrativo – por parte da gestão universitária.

O isolamento mostra-se sob diferentes facetas: como defesa contra o excesso de exigências, como resultado da imersão nas rotinas do trabalho ou, ainda, nas tentativas empreendidas pela equipe de, solitariamente, superar as dificuldades, fechando-se em torno de uma hiperlocalização dos problemas.

O cansaço, como aponta Seligmann-Silva (1999), advém do aumento de esforços para atender ao conjunto de exigências, esforços que se somam à autoexigência de manter o controle emocional e não demonstrar o próprio cansaço, irritação ou raiva. Esta autoexigência de controle emocional é contundente quando se considera o relacionamento com a clientela, com alunos e com os próprios colegas.

A angústia que, positivamente, enseja o pensamento e move o grupo no sentido de não se render à acomodação, abandonando seus intentos, é, talvez, mais intensamente suscitada no contato com a clientela que, no plantão psicológico, desenha, com seu

sofrimento pessoal, a paisagem da dura realidade social em que vive. A identificação com a clientela obriga a uma visão das raízes sociais de seu sofrimento. Pensar e agir de forma conseqüente com esta visão tornam-se imperativos.

O panorama delineado pelas tendências dominantes na saúde pública e na universidade abre questões e impasses na condução do projeto do SAP e requer a confrontação com as políticas públicas para a saúde e a educação e com a universidade organizacional. Esta confrontação, por sua vez, depende de coletivos mais amplos do que aquele composto pela equipe do serviço. Por esta razão, uma tarefa tem se apresentado com premência, nos últimos anos: transpor o isolamento imposto, em parte, pelos dispositivos burocrático-administrativos e, em parte, pelo cotidiano de trabalho. Não se trata, contudo, de tarefa fácil.

Há uma sabedoria perversa nos dispositivos burocrático-administrativos, obstruindo o debate e o diálogo, corroendo os laços de solidariedade e cooperação, incentivando a competição e a destrutividade entre pares.

E, há, de outra parte, as requisições legítimas do alunato e da clientela que esperam o ensino e o cuidado de qualidade, ensino e cuidado que, sustentados pela pesquisa, se quer oferecer.

Estreita-se, com isso, o espaço para uma militância política que transcenda a resistência ao avanço da metalidade produtivista na universidade e a denúncia das malezas do atendimento público e privado à saúde mental.

Conciliar as negociações com os dispositivos organizacionais no sentido de garantir os recursos e as condições mínimas de continuidade do serviço, a manutenção da necessária indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da prestação de serviços – perspectivando a extensão como oportunidade de uma ação social informada pelo saber acadêmico, ocasião de aprendizagem para os estudantes, docentes e técnicos e guia para a escolha de temas e fenômenos para a pesquisa – e o engajamento político na luta antimanicomial e pela democratização da Universidade de São Paulo tem sido a tônica do projeto do SAP neste começo de milênio.

Maria Luisa Sandoval Schmidt

Professora Associada do Departamento de Psicologia da Aprendizagem, do Desenvolvimento e da Personalidade do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

E-mail: maluschmidt@terra.com.br

Referências Bibliográficas

- BACCHI, Carolina. “Supervisão de apoio psicológico: espaço intersubjetivo de formação e capacitação de profissionais de saúde e educação”. In: MORATO, H. T. P. (Org.) *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- BENJAMIN, Walter. (1940). “Sobre o conceito da história”. In: *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985. V. 1.
- CAMPOS, Regina Helena de Freitas (Org.). *Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil: Pioneiros*. Rio de Janeiro: Imago; Brasília: CFP, 2001.
- CHAUI, Marilena. A universidade hoje. In: AGUIAR, F. (Org.). *Antonio Candido: pensamento e militância*. São Paulo: Editora Perseu Abramo/Humanitas/FFLCH, 1999.
- _____. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- Diretrizes para a Política de Saúde Mental no Município de São Paulo. Secretaria de Saúde do Município de São Paulo/ Gestão Democrática e Popular, 1989.
- EISENLHOR, Maria Gertrudes Vasconcellos. Serviço de Aconselhamento Psicológico do IPUSP: breve histórico de sua criação e mudanças ocorridas na década de 90. In: MORATO, H. T. P. (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- MAHFOUD, Miguel. A vivência de um desafio: plantão psicológico. In: ROSENBERG, R. L. (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa*. São Paulo: EPU, 1987.
- MANNONI, Maud. *A teoria como ficção*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.
- MINTO, César Augusto; KAWASHITA, Nobuko; CAMARGO, Rubens Barbosa de. Caminhos e descaminhos da docência. *Revista ADUSP*. São Paulo, 19: 54-61, março 2000.
- MORATO, Henriette Togniette Penha (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.
- Programa de Reorientação da Assistência Psiquiátrica. Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social. Brasília, MPAS/CCS, 1983.
- ROGERS, Carl Ransom (et al.). *Em busca de vida*. São Paulo: Summus, 1983.
- ROMANO, Roberto. A universidade, o possível futuro e um certo passado. *Revista ADUSP*. São Paulo, 19: 84-87, março de 2000.
- ROSENBERG, Rachel Lea. Biografia de um serviço. In: ROSENBERG, R. L. (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa*. São Paulo: EPU, 1987.
- ROSENBERG, Rachel Lea (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa*. São Paulo: EPU, 1987.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ideia de universidade à universidade de ideias. In: _____. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. São Paulo: Cortez, 1999.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Clínica-escola, escola da clínica?. *Boletim de Psicologia*. Sociedade de Psicologia de São Paulo. Volume XLII, números 96/97 - Janeiro/Dezembro 1992: 99-103.

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval; OSTRONOFF, Vera Helena. Oficinas de criatividade: elementos para a explicitação de propostas teórico-práticas. In: MORATO, H. T. P. (Org.). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa: novos desafios*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

SELIGMANN-SILVA, Edith. Desemprego: a dimensão psicossocial. *La psicología al fin del siglo: conferencias magistrales del XXVII Congreso Interamericano de Psicología*. Volume 1, Carracas: Sociedade Interamericana de Psicología, 1999.

SILVA JR, João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. *Novas faces da educação superior no Brasil: reformas do Estado e mudanças na produção*. Bragança Paulista: EDUSF, 1999.

¹ Este artigo foi escrito originalmente como parte da tese de livre docência *Ensaio indisciplinado: aconselhamento psicológico e pesquisa participante*, defendida e aprovada em agosto de 2005 junto ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

² O próprio Grêmio foi fechado por imposição do Ato Institucional Número 5 (AI-5).

³ Para afirmá-lo com precisão: Ruth Scheeffter integrou comissões dos anteprojetos de regulamentação da profissão dos anos 1950, 1958 e 1959; Padre Benkő participou de comissão responsável pela avaliação de requerimentos de registro profissional de psicólogos, presidida por Lourenço Filho; Oswaldo de Barros Santos esteve envolvido na criação e desenvolvimento de entidades representativas de psicólogos como a Associação Profissional dos Psicólogos do Estado de São Paulo, posteriormente Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo, Sociedade de Psicologia de São Paulo, Associação Brasileira de Psicologia Aplicada, Associação Brasileira de Psicólogos, Academia Paulista de Psicologia e foi membro do Conselho Federal de Psicologia de 1974 a 1976 (CAMPOS, 2001).

⁴ Rachel Rosenberg observa que, no início dos anos 60, o Aconselhamento Psicológico era colocado como apêndice das técnicas de exame psicológico (ROSENBERG, 1987, p. 2).

⁵ Cabe aqui, mais uma vez, reproduzir um comentário de Rachel Rosenberg. Ela diz: “O Aconselhamento Psicológico era uma disciplina vista pelos acadêmicos como ‘plebéia’ por ser declaradamente profissionalizante” (ROSENBERG, 1987, p. 2).

⁶ Tanto Rosenberg (1987) quanto Eisenlohr (1999), ao historiarem o SAP, insistem no caráter inovador e central do abandono do psicodiagnóstico como marca do Aconselhamento Psicológico de cunho humanista, bem como em sua importância para a criação do plantão psicológico junto ao SAP.

⁷ Participaram do livro: Rachel Lea Rosenberg, Henriette Tognetti Penha Morato, Marina Pacheco Jordão, Ismênia de Camargo, Miguel Mahfoud e eu.

⁸ Um comentário mais detalhado sobre as implicações do texto de Mannoni na compreensão das clínicas-escola encontra-se em Schmidt (1992).

⁹ Estes cursos foram oferecidos com regularidade cobrindo os temas: atendimento ao adolescente, uso de recursos expressivos em contextos institucionais, atendimento psicológico em instituições, redes de apoio à saúde mental, plantão psicológico, entre outros. Em todos eles a parte teórica era concebida como suporte para a parte prática, que incluía diferentes experiências de estágio. Estas experiências de estágio, por sua vez, eram pautadas pela ideia de criar alternativas diversas e singularizadas para o acolhimento das demandas da clientela. Então, por exemplo, o curso sobre o uso de recursos expressivos em instituições tornava possível o

oferecimento de oficinas de criatividade abertas à clientela do SAP, ao mesmo tempo que oferecia elementos para a realização deste tipo de trabalho junto às instituições de saúde e educacionais às quais pertenciam os profissionais que o cursavam.

¹⁰ Alguns exemplos permitem concretizar melhor aquilo que se está chamando de demanda coletiva: um grupo de estudantes da Escola Politécnica procura o plantão esperando receber orientação sobre como se conduzir em relação a um colega que está vivendo grave crise emocional; um grupo de técnicos de uma instituição filantrópica pede assessoria para estruturar um trabalho junto à sua clientela; uma equipe de educadores de rua solicita um espaço para tratar de suas dificuldades afetivo-emocionais referidas à atividade profissional. Há, ainda, situações que permitem a leitura de uma demanda coletiva como quanto, num mesmo período, vários estudantes que vivem na residência universitária, individualmente, procuram o plantão com queixas sobre a deterioração das condições de sua moradia.

¹¹ São oferecidas, regularmente, três disciplinas na graduação: duas obrigatórias, Aconselhamento Psicológico I e II; uma optativa, Aconselhamento Psicológico Centrado no Cliente. As três acontecem, respectivamente, nos 8º, 9º e 10º semestres e todas contemplam parte teórica e estágio supervisionado. Com a reforma do currículo do curso de psicologia que começou a ser implementada em 2004, o setor passará a ter uma disciplina obrigatória e três optativas.

¹² No plantão psicológico, porém, todas as pessoas que chegam são recebidas e ouvidas, buscando-se um encaminhamento adequado para aquelas que residem em outras regiões da cidade, ou mesmo em outros municípios.

¹³ A inexistência de fila de espera não significou, nem significa atualmente, que o serviço tenha a capacidade de atender, sempre, a todos os clientes que chegam a cada plantão. Algumas vezes, devido ao excessivo número de pessoas num determinado dia e período, os plantonistas são obrigados a solicitar que algumas voltem em outro dia ou período. Normalmente, esta solicitação é feita após uma conversa, em grupo, com os clientes, na qual se procura ver quais aqueles que poderiam retornar em outra ocasião e quais precisam de atendimento urgente.

¹⁴ Uma análise mais detalhada destas reformas está contemplada no artigo “Plantão psicológico e política de saúde mental: a crise na universidade pública e a conjuntura neo-liberal”. (Schmidt, Maria Luisa Sandoval. Plantão psicológico, universidade pública e política de saúde mental. *Estudos de Psicologia*. Programa de Pós-Graduação de Psicologia – PUC – Campinas, vol. 21, n. 3, set./dez. 2004:173-192.)

¹⁵ A participação, durante o Governo de Orestes Quércia, no Projeto Saúde da Mulher, junto a equipes multiprofissionais dos Centros de Saúde da Zona Sul de São Paulo e, durante o Governo de Luiza Erundina, na supervisão de grupos multiprofissionais de diferentes tipos de equipamentos da Zona Leste (UBS- Unidades Básicas de Saúde, centro de convivência, hospital-dia e enfermaria psiquiátrica) são exemplos destacados da colaboração do SAP com as instituições públicas de saúde.

¹⁶ Os CAPs (Centros de Atendimento Psicossocial) são um exemplo de resistência, enquanto que hospitais-dia e ambulatórios retomam modos de fazer e pensar anteriores às reformas iniciadas no governo de Franco Montoro. Na Prefeitura, a entrada de Marta Suplicy acenou com uma possibilidade de mudanças favoráveis à luta antimanicomial. Porém, no contato com o então assessor de saúde mental do Município, no início de sua gestão, soube-se que uma reestruturação da rede demoraria pelo menos dois anos para começar a produzir efeitos sobre a quantidade e qualidade dos serviços prestados à população.

¹⁷ Ao examinar a inserção das universidades na Reforma de Estado comandada pelo Ministro Luiz Carlos Bresser Pereira a partir de 1995, Marilena Chaui dispõe-se a responder à indagação sobre o que significa, para a universidade, passar da condição de instituição social à de organização social. Neste contexto, estabelece a diferenciação entre instituição e organização nos seguintes termos:

A instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares. Em outras palavras, a instituição se percebe inserida na divisão social e política e busca definir uma universalidade (ou imaginária ou desejável) que lhe permita responder às

contradições impostas pela divisão. Ao contrário, a organização pretende gerir seu espaço e seu tempo particulares aceitando como dado bruto sua inserção num dos pólos da divisão social, e seu alvo não é responder às contradições, e sim vencer a competição com seus supostos iguais (CHAUI, 1999, p. 280).

¹⁸ Há muitos anos sem fazer nenhum tipo de divulgação, os plantões psicológicos recebem, em média, 20 ou mais pessoas, por período, a cada quarta-feira. As filas de espera que tanto preocupavam em passado recente foram substituídas pela visão de uma sala de espera lotada, renovando a angústia diante do desejo de atender a todos e a impossibilidade, algumas vezes, de fazê-lo.